

Incentivadora do aprimoramento técnico dos reguladores de serviços públicos brasileiros, a ABAR, sugeriu* em seus boletins semanais (de outubro de 2008 a novembro 2009) a leitura dos seguintes livros, artigos e notas:

(*A escolha das obras, os comentários, análises de sinopses e indicação de links e/ou preços (sempre que possível) foram realizadas pela Assessora de Imprensa da ABAR, Marília Assunção, jornalista (UFG) e especialista em Regulação Econômica (UnB), responsável pelo Boletim semanal da ABAR).

- *Ensaio de Economia Regional e Urbana 2007* (IPEA-2008 www.ipea.gov.br).
- *Manual do Consumidor em Juízo*, MANCUSO, Rodolfo de Camargo, Ed. Saraiva, 2007.
- *Discricionariedade e Reflexividade: uma nova teoria sobre as escolhas administrativas*. GUERRA, Sérgio, Editora Fórum.
- *Regulação na Indústria de Gás Natural no Brasil* – CAMACHO, Fernando T. (2005), R\$ 33,00. Editora Interciência.
- *Regulação Econômica e Democracia: o debate Norte-Americano* (2004) – STIGLER, George J.; POSNER Richard A.; PELTZMAN, S.; SUSTEIN, Cass R. MASHAW Jerry L; e ACKERMAN, Susan Rose. Editora 34. R\$ 42,00.
- *Viabilidade da Regulação Subnacional dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário sob a Lei 11/445/2007* - de GALVÃO Jr, Alceu C.; TUROLLA, Frederico A.; e PAGANINI, Wanderlei S. Foi publicado na Revista Científica da ABES.
- *Uma Cidade São e Bela, a Trajetória do Saneamento de Natal (RN)*” – de FERREIRA, Ângela L.de A.; BARACHO Ana R.; DIAS, Ana C.D; e DANTAS, George.
- *A Regulação no Transporte Rodoviário Brasileiro* – GUIMARÃES, Eduardo A. e SALGADO, Lúcia H.. IPEA/2003 - Nota técnica de 28 páginas que avalia a regulação sob o prisma das privatizações. Encontrada de graça no link: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas4.pdf>
- Relatório da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento, divulgado este ano, intitulado *Brasil - Fortalecendo a Governança para o Crescimento*. Está disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/noticias/080604_relatorio.pdf

- **Concorrência e Regulação** (2004), organizado por PEREIRA, Edgard; LAGROTERIA, Eleni ; e LEAL, João Paulo, reúne sete casos na área de defesa da concorrência. Editora Singular

- **Direito Social, Regulação Econômica e Crise do Estado** (2006) – de SABADELL, Ana Lúcia; DIMOULIS, Dimitri; e MINHOTO, Laurino D. Editora Revan. R\$ 29,00.

- **Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência** – SALGADO, Lúcia Helena, e MOTTA, Seroa Ronaldo – IPEA (2007), R\$ 32,00.

- **Democracia e Regulação dos Meios de Comunicação de Massa** (2008), Ed. FGV, apresenta 14 artigos organizados por Enrique Saraiva, Paulo Emílio Matos Martins e Octávio Penna Pieranti. R\$ 28,00.

- O livro **Concorrência e Regulação** (2004), organizado por PEREIRA, Edgard; LAGROTERIA, Eleni ; e LEAL, João Paulo, reúne sete casos na área de defesa da concorrência. Editora Singular, R\$ 51,00.

- **Tributação e Regulação Econômica** – ELALI, André (2007), MP Editora. R\$ 44,00

- Texto para discussão do IPEA **O Papel dos Fundamentos Domésticos na Vulnerabilidade dos Emergentes**, de MOREIRA Ájax, ROCHA, Kátia, e SIQUEIRA, Roberto – (setembro de 2008) mostra que o Brasil inverte posição de 4º mais vulnerável para 4º menos, entre 23 países emergentes. Texto tem download gratuito em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1358.pdf.

- O artigo **Regulando o Regulador: A Proposta do Governo e a ANATEL**, publicado na Revista de Economia Contemporânea por MATTOS, C.C.A. e MUELLER B. (2006) faz uma análise sobre a transferência do poder concedente, mandatos de diretores e conselheiros, contrato de gestão, interação com agências estaduais, defesa da concorrência e realização de consultas. É possível fazer o download em www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482006000300003&script=sci_arttext

- Não existe um esquema regulatório mais eficiente que outro se comparadas as regulações por custo de serviço ou por incentivo. A escolha do modelo não pode ser ideológica. São conclusões do artigo **Modelos da Formação de Preço na Regulação de Monopólios** de ARAÚJO, João Lizardo de R.H. (UFF – 2001), encontrado em www.uff.br/cpgeconomia/v3n1/3-lizardo.pdf.

- **Regulação: Normatização da Prestação de Serviços de Água e Esgoto**, GALVÃO JR, Alceu de C.; e XIMENES, Marfisa M. de A. Ferreira (2008), livro realizado pela ABAR e pela Agência Reguladora do Ceará (ARCE), lançado esta semana no Chile. Estará à disposição a partir do dia 15 de outubro no site www.abar.org.br.

- **Marcos Regulatórios no Brasil** – incentivos ao investimento e governança regulatória, de SALGADO, Lúcia Helena e MOTTA, Ronaldo Seroa. Publicação do IPEA de janeiro de 2008. Reúne trabalhos de pesquisadores durante a 3ª Jornada de Estudos de

Regulação. É encontrado em:
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/Livro_completo.pdf

- ***Água Subterrânea: Aquíferos Costeiros e Aluviões***: Três professores do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Jaime Cabral, Suzana Montenegro e Waldir Duarte Costa -, em parceria com o pesquisador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal, João Paulo Lobo Ferreira, são os organizadores do livro "Água Subterrânea: Aquíferos Costeiros e Aluviões, Vulnerabilidade e Aproveitamento",

- ***Crise e Regulação Bancária, Navegando Mares Revoltos***, de SADI, Jairo. Doutor em Direito Econômico pela USP, o autor faz uma análise jurídica da crise econômica recente, avaliando e interpretando o contágio das crises bancárias no mundo globalizado e as novas funções da regulação nesse mercado. Editora Textonovo (R\$ 45).

- ***A Regulação Setorial do Gás Natural*** de LOSS, Giovanni Ribeiro, entra no campo da discussão jurídica e institucional sobre o substitutivo que acabou virando a Lei do Gás, aprovada na última semana. O livro foi publicado em 2007. (R\$ 49,82, Ed. Fórum)

- ***Direito e Poder Econômico: Os Limites Jurídicos do Imperialismo frente aos Limites Econômicos da Soberania*** de BAGNOLI, Vicente, publicado pela Editora Campus/Elsevier (outubro de 2008), se propõe a identificar a relação entre poder econômico privado e imperialismo, estabelecendo de que maneira a ciência jurídica pode se posicionar perante a análise do Direito e Poder Econômico pela hipótese da efetivação do tripé sócio-jurídico-econômico de sustentação do Estado: trabalho, consumo e concorrência. R\$ 79,90.

- ***Marco Regulatório nº 11*** – Revista da AGERGS

- ***Direito Regulatório e Inovação nos Transportes e Portos nos Estados Unidos e Brasil*** – de CASTRO JR, Osvaldo Agripino, foi publicado em 2009 pela Conceito Editorial. A obra, fruto de pós-doutoramento no Center for Business and Government da Universidade de Harvard, faz análise comparativa da regulação de transportes aéreos, aquaviários e de portos nos Estados Unidos e no Brasil, e tem prefácio de Ashley Brown de Harvard. Segundo o autor, a metodologia e o conteúdo contribuirão para o aperfeiçoamento das Agências Reguladoras que atuam sobre transportes e portos no Brasil. O livro pode ser adquirido em www.livrariacultura.com.br (R\$ 89,00).

- ***A Autonomia das agências reguladoras e a estabilidade dos seus dirigentes*** é o título de estudo disponível no site do Tribunal de Contas da União (<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/669936.PDF>). O autor, José Alberto Bucheb (advogado, mestre em Direito Internacional e Integração Econômica e doutorando em Legislação do Petróleo) pondera a partir de considerações de especialistas como Floriano Azevedo Marques, Gaspar Ariño, Bandeira de Melo, Leila Cuéllar, Marcos Juruena Souto, Luís Roberto Barroso, Carlos Ari Sundfeld, Ele fala no texto sobre o controle externo e interno das atividades das agências, modelos adotados em outros países, e as mudanças que têm sido propostas no Brasil. Ao final ele observa que as Agências Reguladoras se tornaram fundamentais à melhoria da qualidade dos serviços públicos, mas “que a adoção do modelo de autonomia irrestrita conduz ao

paradoxo da coexistência de administrações paralelas no âmbito da administração pública”.

- *La transformación productiva 20 años después. Viejos problemas, nuevas oportunidades* – Publicação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal (Maio de 2008), versão em espanhol. A publicação foi preparada por José Luis Machinea, com a colaboração de René Hernández e contribuição de Johan Mulder. Para solicitar um exemplar: publications@eclac.cl. Ou escreva para Unidad de Distribución de la CEPAL, Casilla 179-D, Vitacura, Santiago, Chile.

- O *Texto para Discussão nº 1.375* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado por Marco Aurélio Alves de Mendonça e Rogério Edvaldo Freitas, pesquisadores do Ipea, em fevereiro de 2009, mostra que o Sudeste do Brasil concentra quase a metade da pesquisa em biotecnologia Brasil. A biotecnologia é o conjunto mais amplo de tecnologias utilizadas em vários setores da economia para a produção de bens e serviços e que possui em comum o fato de utilizar organismos vivos ou parte deles, como moléculas ou células. E, mesmo no Sudeste, as pesquisas vinculadas às ciências exatas e às engenharias não chegam a 10%. O estudo completo – intitulado *Biotecnologia: perfil dos grupos de pesquisa no Brasil* -- tem 27 páginas e está disponibilizado em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp> em pesquisas e publicações mais recentes.

- Uma publicação do Senado Federal orienta os cidadãos sobre quem fiscaliza determinados serviços públicos no Governo Federal e nos Estados, indicando a quem recorrer. Ela está disponível no *Especial Cidadania do Jornal do Senado* (agosto de 2006) e pode ser acessada em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70181/4/060821.pdf>.

- A aviação civil é ou não um instrumento para alavancar o crescimento econômico no Brasil? O livro *Transporte Aéreo: Economia e Políticas Públicas*, de OLIVEIRA, ALESSANDRO V. M., informa que sim. Lançado este ano pela Pezco Editora, o livro tem apresentação do diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e coordenador da Câmara Técnica de Transporte Aéreo da ABAR, Ronaldo Seroa da Mora. Seroa destaca a oportunidade da obra, lançada em contexto de profunda transformação no setor de transportes. Transformação esta que incidiu decisivamente sobre o papel dos reguladores da aviação civil, envolvidos hoje na redução da assimetria de informações, ao mesmo passo que com o bem-estar do consumidor, as economias de rede e com a segurança operacional do serviço de transporte aéreo. Daí que a obra, destaca Seroa, é “uma fonte inspiradora para todos que atuam no desenvolvimento da regulação econômica do setor”. O livro custa R\$ 52,00.

- Dois artigos publicados esse mês, sobre saneamento básico, estão disponíveis virtualmente. O primeiro deles compara a regulação de saneamento com a de outros setores de infra-estrutura. Intitulado *Aspectos conceituais da Regulação de dos Serviços de Água e Esgoto no Brasil* (www.abes-dn.org.br/publicacoes/engenharia/resaonline/v14n01/RESA_v14n1_p79-88.pdf), de autoria de Alceu de Castro Galvão Júnior e Wanderley da Silva Paganini, o artigo foi publicado na Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental.

- Outro artigo, publicado na Revista de Administração Pública da FGV é **Marcos Regulatórios Estaduais em Saneamento** (<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a10v43n1.pdf>), que analisou leis de cinco estados (SP, GO, MG, RS e RN) e trata não só do papel institucional dos estados frente à regulação de Saneamento, como das políticas públicas voltadas para tal. Cinco especialistas são os autores: Alceu de Castro Galvão Júnior, Sandra Regina Nishio, Beatriz Baraúna Bouvier e Frederico Araújo Turolla.

- **Regulação de Serviços Públicos na Perspectiva da Constituição Econômica do Brasil**, é obra de CARVALHO, Carlos Eduardo V., publicado (2007) pela Editora Del Rey (R\$ 32,80 na Relativa.com.br). Sob a ótica do direito econômico, o livro, informa o resumo da obra, evidencia que a regulação estatal de serviços públicos “é instrumento de realização da Constituição Econômica Brasileira, a qual, sem postular autonomia em relação à Constituição da República Federativa do Brasil, define a finalidade, os valores e os princípios maiores da ordem econômica”. O livro analisa a evolução do Estado de Direito em processo relacionado à ampliação de sua atuação na área econômica.

- **A Relação entre a Autoridade da Concorrência e as Autoridades de Regulação Setorial** é o título do livro de MARQUES, Maria M., ALMEIDA; João P. S.; e FORTE, André M., publicado pela Coimbra Editora (2005). Os autores fazem um estudo do relacionamento entre as autoridades de regulação setorial e a autoridade da concorrência em Portugal e afirmam: "Mesmo a crescente interação entre as duas políticas — a de regulação (setorial) e a da concorrência (transversal) — e a eventual convergência entre os fundamentos dos quadros normativos que lhes dão corpo, não fazem desaparecer, necessariamente, o problema da articulação entre as autoridades responsáveis por cada uma delas". Fora o frete, a obra custa 19 Euros (cerca de R\$ 55) e pode ser encomendado via: http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=2220.

- Uma linha de análise da regulamentação da defesa da concorrência pela ótica da saúde. Este é um dos resultados do livro **Regulamentação Econômica da Saúde – Constituição de 1988, Câmara de Medicamentos, Anvisa, ANS e CADE**, obra de CORREIA DA SILVA, R. A. (2008). Advogado, mestre em direito, e presidente dos Comitês de Saúde da Câmara Britânica de Comércio (Britcham) e da Câmara Americana de Comércio (Amcham), o autor faz uma análise da constitucionalidade do controle de preços de medicamentos e planos de saúde no Brasil frente à realidade do mercado. O livro foi publicado pela LCTE Editora (R\$ 42,00)

- **A Constituição Brasileira de 1988 Revisitada: Recuperação Histórica e Desafios Atuais das Políticas Públicas nas Áreas Econômica e Social**, Volume 1, é obra de CARDOSO Jr, José Celso, lançada pelo Ipea recentemente. O livro é um desafio de reflexão sobre os vinte anos da Constituição Federal de 1988, visando atualização e “ressignificação histórica acerca dos avanços, limites e horizontes que se apresentam hoje para as políticas públicas e para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico e humano inclusivo no país”. A publicação pode ser baixada gratuitamente pelo link http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_ConstituicaoBrasileira1988_Vol1.pdf.

Já a versão impressa custa R\$ 15,00. É possível comprar pela página do instituto: www.ipea.gov.br.

- **Agências Reguladoras Brasileiras** – Contribuições para o Desenvolvimento Econômico e Social do País, é o título de um artigo publicado em 2009 no livro *Atores do Desenvolvimento Econômico e Social do Século XXI*, pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Escrito por Cristiana Espírito Santo Rodrigues, o artigo está disponível na página da ABAR (www.abar.org.br no link Biblioteca – textos). Ao avaliar o desenho das Agências Reguladoras no Brasil, observa ela, as agências devem ser vistas como reflexo de toda a transformação pela qual o Estado passou, ao assumir a postura de intervencionista indireto. “Assim, pode-se dizer que as críticas ao modelo são motivadas principalmente pela resistência em aceitar essa própria transformação”, salienta. A autora é mestrandia em Direito Constitucional pela Unifor e advogada da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (AGER). Já o livro, está na fase de distribuição para as universidades e, por enquanto, à venda apenas na loja do campus da Unifor (R\$ 30,00), mas em breve será comercializado por livrarias jurídicas, informa Cristiana.

- Elementos para desenvolver o direito comparado entre França e países de Língua Portuguesa, é o principal ganho da obra **Introdução ao Direito Francês**, uma obra coletiva de pesquisadores brasileiros organizada por Thales Morais da Costa (valor ainda não divulgado). O livro, da Editora Juruá, será lançado no dia 29 de maio de 2009, durante o Congresso Direito Francês e Brasileiro- Perspectivas Nacionais e Comparadas, com o apoio da ABAR. Informações em <http://www.congressoBrasilFranca.org/home.php>

- O livro **Modelos de Gestão na Administração Pública - Uma Análise das Agências Reguladoras**, de SOUZA, Antônio Ricardo, é publicação da Editora da Universidade Federal do Mato Grosso (EdUFMT). Embora se concentre na caracterização da ANEEL e ANATEL, ele faz um balanço sobre o processo de criação das Agências Reguladoras brasileiras ele sustenta que o Brasil passou por três gerações de reformas: a primeira com a quebra do monopólio do estado e criação de agências como a ANATEL, ANEEL e ANP; a segunda com a criação da ANVISA e ANS, e a última geração se deu quando foram criadas a ANA, ANCINE, ANTT E ANTAQ.

- Funções regulatórias de estabilização e distorção do mercado, pressupostos, finalidades e instrumentos da regulação, as Agências reguladoras, regulação e competição, a desintegração industrial e a regulação assimétrica são temas do livro **Direito das Telecomunicações – A Regulação para a Competição** (2005 – Ed. Fórum), de RAMIRES, Eduardo A. Oliveira. Sob a ótica da Lei Geral de Telecomunicações, o livro mostra como o Brasil lida com o desafio da regulação de incentivo à competição, cumprindo objetivos legais que se estendem sobre atividades prestadas em regime público e exigirão a capacidade de combinar finalidades antagônicas como inibir o poder de mercado significativo e a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do concessionário.

- O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pró-Reg) da Casa Civil, lançou o livro **Regulação e Agências Reguladoras**. O livro foi

escrito por 15 dos maiores especialistas em regulação do Brasil: Alexandre Santos de Aragão; Bernardo Mueller; Carlos García Fernández; César Mattos; Dirceu Raposo de Mello; Donald Macrae; Francisco Gaetani; Jim Tozzi; Kélvia Albuquerque; Luiz Alberto dos Santos; Marcelo Ramos; Pedro Farias; Pedro Ivo Sebba Ramalho; Ronaldo Seroa da Motta; Verônica Cruz. O livro pode ser acessado em na página do Pró-Reg através do link: <http://www.regulacao.gov.br/publicacoes/livros/regulacao-e-agencias-reguladoras>

- Brochura de 444 páginas, o livro **Regulação Para Concursos** visa preparar alunos e profissionais à prestação de concursos de Agências Reguladoras e para os cursos de graduação relacionados ao setor. O livro foi escrito por BENJÓ, Isaac - engenheiro de produção, mestre em Finanças (PUC-Rio), especializado em Economia (FGV) e pós-graduado em Economia da Regulação (George Washington University). A obra tem visão econômico-jurídica, com capítulos contendo dados sobre o arcabouço institucional das Agências Reguladoras, revisão do papel do Estado, privatização, regulação econômica, concessões, entre outros — direcionado a economistas, engenheiros, administradores, advogados, acadêmicos, etc... . Publicado pela Thex Editora (2008), R\$ 60,00. Mais informações em: http://www.thexeditora.com.br/livros/reg_concursos.htm

- Entre os muitos artigos e estudos disponibilizados gratuitamente pelo Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pró-Reg) da Casa Civil em sua página na internet (www.regulacao.gov.br), está o estudo intitulado **Agencificação, Publicização, Contratualização e Controle Social – Possibilidades no Âmbito da Reforma do Aparelho do Estado**, de Luis Alberto dos Santos. O estudo de 190 páginas foi publicado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) em 2000. Na página 82, o autor trata, especificamente, das agências reguladoras como “autarquias por lei definidas como ‘especiais’, voltadas a permitir o exercício de atividades regulatórias essenciais à proteção dos interesses dos usuários de serviços privatizados ou para a regulação e fiscalização de atividades econômicas”. O link para ir direto ao estudo é: <http://www.regulacao.gov.br/publicacoes/artigos/agencificacao-publicizacao-contratualizacao-e-controle-social>

- Enquanto a regulação econômica se preocupa com os preços de atividades muito concentradas, a regulação prudencial busca manter o sistema financeiro e de capitais em ordem e operante. Como fazer com que agentes públicos, encarregados de zelar pela saúde de um sistema muito exposto a “vírus”, apliquem as vacinas necessárias, sem se contaminar pelos apelos dos regulados? A afirmação e depois o questionamento são dos consultores Marcelo Barroso Lacombe, Bernardo Estellita Lins e Humberto Veiga, responsáveis pela edição do boletim **Análise de Conjuntura** da Câmara dos Deputados, (edição de 30 de julho). E eles respondem: “Não parece ser suficiente alterar a regulação, escolhendo se a deixamos centralizada ou nas mãos dos participantes do mercado. O foco deve repousar no controle sobre o regulador, seja ele público ou privado, ou na criação de incentivos que delimitem sua atuação. Entretanto, isso não parece ser possível dadas as restrições atuais, isto é, dadas as condições políticas e a perda de poder que o mercado não iria aceitar”. O texto completo pode ser lido pelo link http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/copy_of_analisedeconjuntura/Boletim%20no%2022.pdf

- Uma ajuda interessante para traçar melhor os planos decorrentes da Lei de Saneamento (11.445/07) está na ***Cartilha de Saneamento – Planos Municipais ou Regionais – Exigências Legais***, lançada em agosto pelo Instituto Trata Brasil. O acesso gratuito pode ser feito na página da ong: www.tratabrasil.org.br. Exemplares foram enviados às 79 maiores cidades brasileiras, que concentram grandes problemas de saneamento. A Lei estabelece a obrigatoriedade de elaboração, até 2010, de um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

- Assunto atual, no momento em que o compartilhamento de redes toma fôlego, envolvendo uso compartilhado para internet e energia elétrica, por exemplo, é boa a leitura de ***Regulação e Concorrência – Compartilhamento de Infra-Estruturas e Redes*** de NESTER, Alexandre Wagner (Advogado e Mestre em Direito do Estado). Informa o resumo do livro, que o autor versa sobre a teoria das *essential facilities*, ou seja, o compartilhamento de redes e infra-estruturas no Direito comparado e no Direito brasileiro. Nesse contexto, também com enfoque no Direito de Concorrência e no modelo de Estado Regulador, discorre sobre o surgimento, desenvolvimento, sistematização e compatibilidade da teoria das *essential facilities* com o ordenamento jurídico brasileiro. Publicado (2006) pela Editora Dialética (R\$ 66,00): <http://www.dialetica.com.br>.

- Integrante do Núcleo de Estudos em Regulação (NER) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Alketa Peci é autora de ***Regulação no Brasil: Desenho, Governança, Avaliação***, publicado pela Editora Atlas (2007). Saiba mais em www.ebape.fgv.br, ou pela página www.estantevirtual.com.br (R\$ 40,50).

- O ***Controle judicial da regulação: o caso do Setor Elétrico*** é a dissertação de mestrado de Guilherme Henrique de La Rocque Almeida (2009), sob orientação de Márcio Iorio Aranha, pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. O trabalho explora o Estado Regulador, onde o desenvolvimento de institutos jurídicos específicos e adequados à regulação de serviços públicos veio responder às transformações geradas com o processo de desestatização, com o afastamento do Estado da prestação direta de serviços públicos, sem que este abrisse mão da titularidade ou deixasse de responsável pelos mesmos e adequados serviços públicos. Porém, mostra o autor, surgiu uma nova e relevante questão, relacionada ao controle judicial dos entes reguladores. O trabalho analisa o papel do Poder Judiciário no âmbito do Estado Regulador no que concerne ao controle dos atos regulatórios, com um estudo de caso e de temas sobre o setor elétrico brasileiro. O texto completo em PDF está na biblioteca virtual da UnB (www.unb.br).

- ***Introdução às agências reguladoras brasileiras***, escrito por Leila Cuéllar - Editora Fórum (2008), aborda um quadro geral e a história das agências reguladoras no Brasil, o procedimento regulatório, o ente regulador da concorrência e ainda questiona as formas de controle - "Quem fiscaliza o fiscal?" - pergunta a autora que faz um balanço dos primeiros dez anos da regulação no Brasil e o futuro que a regulação independente terá no País, incluindo aspectos importantes como a necessidade da lei-geral e a participação popular. (R\$ 42).

- "Os analistas que se limitam a entender a dinâmica do SEB (Setor Elétrico Brasileiro) com base em estudos técnicos e econômicos deixam de incorporar a seus modelos a força dos fenômenos políticos que também o influenciam – seja interferindo em tarifa e

inflação, impostos e encargos, obras de expansão, cargos em estatais, uso de fundos de pensão, interferências na agência reguladora, uso de recursos do setor elétrico para subsidiar projetos sociais e/ou em leilões de energia”, são hipóteses de manifestações de uso político do SEB que podem ter como origens de pressão o governo, aliados e/ou estatais. O fenômeno é analisado na dissertação de Mestrado *Teoria de Grupos de Pressão e uso Político do Setor Elétrico Brasileiro*, de MONTEIRO, Eduardo Muller Rocha, defendida em 2007 na Universidade de São Paulo (USP). Ele analisa um mercado que envolvia receitas anuais superiores a R\$ 110 bilhões (US\$ 50 bilhões) em 2005, como cita o autor. MONTEIRO adotou como ferramenta analítica a Teoria de Grupos de Pressão desenvolvida por Gary S. Becker, prêmio Nobel de Economia em 1992. O PDF da dissertação pode ser consultado pelo sistema Dedalus da biblioteca de teses e dissertações da USP (www.usp.br) ou pelo link <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-10052007-165725/>

- É todo destinado às agências executivas e reguladoras o capítulo 17 do livro *Construindo o Estado Republicano - Democracia e Reforma da Gestão Pública* de Luiz Carlos Bresser-Pereira, publicado em 2009 pela Editora da FGV (R\$ 50,00). O livro aborda historicamente a construção de um "Estado republicano", visto como um Estado forte e capaz, com legitimidade democrática e eficiência administrativa, além de apto a se defender contra indivíduos e grupos poderosos que buscam capturá-lo ou privatizá-lo, levando em conta reformas institucionais necessárias que faltam para que esse estado de “democracia avançada” se consolide. Por outro lado, antecipa o autor, ele fala pouco sobre o Brasil na obra. Para comprar: http://www.editora.fgv.br/asp/dsp_detalheProduto.asp?codigo=668&tipo=L

- O livro *Fundamentos da Atividade Cinematográfica e Audiovisual* (Elsevier, R\$ 69,90) escrito por Vinícius Alves Portela Martins, especialista em regulação da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) está sendo divulgado pelo autor. Vinícius foi o 3º colocado no 4º prêmio SEAE/2009 da Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico com a monografia Possibilidades de Intervenção Regulatória por Parte das CIDEs (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico): o caso específico da Condecine. Já o livro publicado trata de regulação e fomento do setor de cinema e produção audiovisual contextualizando o marco legal ao setor regulado pela ANCINE. O link para adquirir é: <http://www.elsevier.com.br/site/produtos/Detailhe-produto.aspx?tid=3781&seg=1&isbn=9788535234947&cat=1&origem=Busca>